

Plano Mundial de Reconversão Energética¹

Nivalde de Castro²

Nelson Siffert³

Na história econômica do Século XX, merecem ser destacadas dois momentos de crise que exigiram a adoção de políticas públicas e programas de investimento de grande envergadura, com base e fundamentação na Teoria Keynesiana: a Crise de 1930 e o Plano Marshall de 1948.

Em 1930, em função do *crash* da bolsa de Nova Iorque, ocorreu a “ruptura” da economia americana, com queda acentuada do PIB, elevação do desemprego e redução da renda das famílias. A crise foi irradiada para o resto do mundo, através do comércio exterior e dos fluxos de financiamento. Em resposta a este quadro, o Presidente Roosevelt adota o *New Deal*, no qual o Estado promove políticas de distribuição de renda, obras de infraestrutura para criar emprego e investimentos públicos maciços, inclusive no setor elétrico, como foi o caso emblemático do Tennessee Valley. Como resultante, os EUA retomaram o crescimento econômico e social, consolidado ainda mais com o pleno emprego com seu envolvimento na II Grande Guerra.

Após o fim da II Guerra, os países europeus estavam com suas economias devastadas pelos efeitos do nazismo, que assolou o continente e outras regiões do mundo. Com objetivos estratégicos e geopolíticos, os EUA firmaram o Plano Marshall, que vigorou de 1948 a 1952, para reconstrução econômica de 18 países, incluindo Inglaterra, Itália e Alemanha, abrindo linhas de financiamento de US\$ 110 bilhões (a valores de 2020).

Como resultado deste plano, o Continente Europeu conseguiu se recuperar de tal forma que, já ao final dos anos de 1960, atingia níveis de crescimento significativos. O espectro do nazismo transformou-se em um capítulo sombrio da história da Europa, tendo como marco de uma nova era a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, em 1951, germe do processo de constituição da União Europeia.

¹ Artigo publicado pelo Broadcast Energia da Agência Estado de São Paulo. Disponível em: <https://energia.aebroadcast.com.br/tabs/news/746/38101309> Acesso em 25 de junho de 2021

² Professor do Instituto de Economia da UFRJ. Coordenador do GESEL - Grupo de Estudos do Setor Elétrico

³ Economista. Pesquisador Associado do GESEL-UFRJ.

Este preâmbulo histórico foi destacado para respaldar a hipótese central deste artigo: a necessidade imperiosa de retomar o crescimento econômico, frente aos impactos negativos derivados da pandemia da Covid-19, aliado a uma agenda global de mudanças climáticas, está configurando o que se pode denominar de Plano de Reconversão Energética em escala mundial, sob a liderança dos países mais desenvolvidos. Neste sentido, a retomada do crescimento está ocorrendo focada na economia verde, com o objetivo atingir, em 2050, a neutralidade na emissão de gases de efeito estufa (GEE).

O marco original deste “Plano Mundial da Energia” foi a 47ª reunião da cúpula do G7, realizada entre 11 e 13 de junho de 2021, que agrega os países ocidentais mais ricos, quais sejam, Alemanha, Canadá, EUA, França, Itália, Japão e Reino Unido (anfitrião). Neste encontro, foi consolidada uma interação das políticas públicas destes países para realizar volumes bilionários de investimentos em programas e ações centradas em inovações verdes, com o objetivo de retomar o crescimento econômico, mediante o início de um novo ciclo de desenvolvimento sustentável.

Neste processo econômico dinâmico e possivelmente irreversível, os compromissos de metas de redução da emissão de CO₂, derivados do Acordo de Paris, estão sendo sucessivamente aumentados e antecipados pelos países mais ricos. Este processo justifica e estimula novos programas e investimentos, criando um círculo virtuoso de desenvolvimento econômico sustentável.

Basicamente, a meta deste Plano Mundial é muito direta, objetiva e ambiciosa: converter a base produtiva de todas as atividades econômicas que hoje, em sua quase totalidade, utilizam recursos energéticos não renováveis (carvão, petróleo e gás natural) para recursos renováveis (em especial, geração eólica e solar). Todavia, a grande novidade que deverá se transformar no vetor decisivo para atingir as metas propostas de descarbonização da economia até 2050 é o hidrogênio verde. Frente a este objetivo geral, os países membros do G7 estão formulando políticas públicas e definindo programas e ações direcionados à eletrificação de diversos setores, como de geração de energia, transporte, indústria, etc.

Contudo, é necessário, também, converter os padrões de consumo, pois não basta alterar a oferta. Por exemplo, a indústria automobilística está convertendo as plantas produtivas de veículos à combustão interna para veículos elétricos (VE). Neste sentido, em uma primeira etapa, deve-se induzir os consumidores a comprarem os VE, mediante incentivos, como bônus para compra destes veículos e estacionamento grátis e redução de impostos, ou, ainda, através de ações coercitivas, como não licenciar veículos à combustão a partir de certa data, não permitir circulação em determinadas áreas urbanas, dentre outras medidas.

O ingente e complexo desafio econômico e de inovação tecnológica da reconversão da base produtiva irá provocar o que o economista austríaco Schumpeter designou por “destruição criadora”. Este processo está na base do dinâmico ciclo de desenvolvimento econômico e do crescimento sustentável do PIB, criando e expandindo novas fronteiras de investimento centradas em inovações tecnológicas verdes.

Como exemplo, os EUA, que, sob a direção do governo Biden, retornaram ao Acordo de Paris, se posicionaram rápida e estrategicamente a este processo de transição energética, aprovando um programa econômico clássico de cunho nekeynesiano, com distribuição de renda para famílias mais necessitadas, investimentos maciços em infraestrutura, com destaque à criação de uma rede nacional de eletro postos, gastos em educação, pesquisa e tecnologias verdes. A União Europeia, com destaque para a Alemanha, segue na mesma linha, dando, também, ênfase estratégica à conversão da indústria para o consumo de hidrogênio verde. A China, pela sua dimensão e dinamismo econômico, também busca os objetivos do carbono zero, porém em um prazo mais longo, para 2060.

Em suma, os países mais ricos e desenvolvidos estão determinados a intensificar o processo de transição energética e, com o somatório das políticas públicas de investimento, estão criando um inusitado Plano Mundial de Reconversão Energia. Mas, e o Brasil neste contexto de transformação? Quais oportunidades nos abrem?